

Greve do magistério estadual do RS em 2017: a polêmica e a representação do professor por meio do argumento *ad hominem*

Teachers' strike in RS in 2017: polemics and teacher's representation by means of ad hominem argument

Fernanda Vanessa Machado BARTIKOSKI (UNISINOS)
femachadobart@gmail.com

Maria Eduarda GIERING (UNISINOS)
eduardajg@gmail.com

Recebido em: 10 de out. de 2018.
Aceito em: 21 de dez. de 2019.

BARTIKOSKI, Fernanda Vanessa Machado; GIERING, Maria Eduarda. Greve do magistério estadual do RS em 2017: a polêmica e a representação do professor por meio do argumento *ad hominem*. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 9, n. 1, p. 93-111, jan-abr/2019.

Resumo: Na Retórica aristotélica e nos estudos da Nova Retórica, de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), o objetivo da argumentação era a adesão dos espíritos: o orador deveria, junto ao seu auditório, buscar o consenso. Na sociedade atual, no entanto, essa intenção dá espaço ao cultivo da polêmica, caracterizando o que Amossy (2017a; 2017b) denomina de retórica do dissenso. Para apresentar sua opinião, algumas pessoas recorrem a argumentos *ad hominem*, atacando a pessoa do seu adversário, e não seus argumentos (FIORIN, 2015). Diante disso, este artigo analisa a polêmica instaurada durante a greve dos professores estaduais gaúchos, em 2017. Procuramos estudar como leitores-comentaristas do Portal G1 RS construíram seus discursos, por meio de argumentos *ad hominem*, e ainda apontar possíveis representações que esses leitores tinham dos professores grevistas. Dos 44 comentários coletados, 15 apresentam argumentos *ad hominem*. Destes, 3 foram analisados neste artigo. A análise foi organizada em duas partes: (1) análise dos comentários com base na definição do discurso polêmico (AMOSSY, 2017b); (2) categorização dos 15 comentários, para expressar a representação que os leitores tinham dos

professores grevistas. Os resultados apontam que o ataque à pessoa dos professores pode ser enquadrado em duas perspectivas: (1) parte dos leitores atribuem aos docentes o papel de militantes, principalmente de esquerda; (2) a outra parte entende que os professores têm comportamentos inadequados. Em suma, percebeu-se que os comentários, num discurso de dissenso, levantaram uma série de acusações para deslegitimar as reivindicações do magistério gaúcho.

Palavras-chave: Discurso polêmico. Argumento *ad hominem*. Greve do magistério estadual.

Abstract: According to Aristotelian Rhetoric and to the New Rhetoric studies, by Perelman and Olbrechts-Tyteca (2014), the aim of argumentation was related to the spirits adherence: the speaker should pursue a consensus along with the audience. However, in present-day society, this intention makes room for the cultivation of polemics, characterizing what Amossy (2017a; 2017b) classifies as the rhetoric of dissention. In order to present their opinion, some people draw on *ad hominem* arguments, directly attacking the person of their opponent instead of his/her arguments (FIORIN, 2015). Therefore, this paper analyzes polemics established during the strike made by teachers from Rio Grande do Sul in 2017. We aim at studying how the commentator-readers of Portal G1 RS have constructed their discourses, by means of *ad hominem* arguments, besides of pointing out possible representations of the strike teachers assumed by those readers. Among the 44 comments we have collected, 15 present *ad hominem* arguments. From this last group, 3 are analyzed in this paper. The analysis is organized in two sets: (1) analysis of the comments, considering the definition of polemic discourse (AMOSSY, 2017b); (2) categorization of the 15 comments, in order to evidence the representations of the strike teachers assumed by the readers. The results indicate that the personal attack to the teachers can be framed into two perspectives: (1) part of the readers ascribes to the teachers the role of militants, mainly on the left; (2) the other segment considers the teachers' behavior as inappropriate. In brief, we have noticed that the comments, inside a discourse of dissention, raised a number of accusations in order to delegitimize the claims made by the teachers from the public system.

Keywords: Polemic discourse. *Ad hominem* argument. Teachers' strike in RS.

Introdução

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) assegura, em seu artigo 9º, o direito de greve, compreendendo-o como um direito social. Embora esteja prevista na Constituição e seja regulamentada pela Lei Nº 7.783, de 28 de junho de 1989, a greve sempre gera uma divisão de opiniões, pois parte dos cidadãos a apoia, enquanto outra não concorda com ela.

As divergências nas opiniões tornam-se mais acirradas e perceptíveis quando os trabalhadores em greve são servidores públicos das áreas mais essenciais, como policiais, agentes penitenciários, bombeiros, enfermeiros, médicos e professores. Geralmente, essas classes têm como principais exigências o aumento salarial e melhores condições de trabalho. No intuito de prover tais reivindicações, acabam por recorrer à greve.

Nos últimos anos, com o agravamento das crises financeiras dos estados e dos municípios brasileiros, as greves de professores têm ocorrido com mais frequência. No Estado Rio Grande do Sul (RS), a situação não é diferente, entre os anos de 2015 a 2017, em três dos quatro anos de mandato do governador José Ivo Sartori, ocorreram greves de professores da rede estadual. Com reivindicações que vão desde o pagamento do Piso Nacional do Magistério ao pagamento integral dos salários e do décimo terceiro salário, direitos previstos em lei, os docentes interromperam suas atividades ao longo do mandato do governador, que termina no final de 2018, ainda sem notícias de uma nova greve.

Ao longo de todos esses momentos, a imprensa gaúcha acompanhou os desdobramentos, dando maior cobertura às assembleias promovidas pelo CPERS-SINDICATO¹ e aos problemas ocasionados pelas greves nas escolas. O Grupo RBS² foi um dos que mais noticiou as greves do magistério no RS, principalmente por meio de seu portal de notícias, o G1 RS³.

Nas notícias que cobriram as greves dos professores estaduais do RS, inúmeros leitores do portal deixaram seus comentários, a fim de manifestar suas opiniões contrárias ou favoráveis à greve. Nos comentários contrários à greve do magistério estadual em 2017⁴, alguns leitores escreveram textos que se poderiam classificar como polêmicos.

A partir do teor desses comentários contrários à greve, este artigo tem como objetivo analisar o discurso polêmico dos leitores do Portal G1 RS, verificando como constroem seus argumentos ao atacar a imagem dos professores, por meio de argumentos *ad hominem*, e ainda apontar as possíveis representações que esses leitores têm dos professores em greve.

¹ Sigla para Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – Sindicato dos Trabalhadores em Educação.

² O Grupo RBS é um grupo de mídia brasileiro que tem sua atuação centralizada no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. No momento, conta com emissoras de rádio e de televisão, além de jornais e de portais de internet, como o G1 RS, do qual os comentários analisados neste artigo foram coletados.

³ Nesse portal, é possível ler notícias de todo o Estado, além de ter acesso às reportagens realizadas pelos programas de televisão e telejornais do grupo. Ao ler uma determinada notícia, o leitor tem a oportunidade de registrar seu comentário a respeito da notícia lida, como ocorre também em outros sites.

⁴ Na Metodologia, justificamos o motivo pelo qual optamos pela análise dos comentários presentes em notícias sobre a greve realizada em 2017.

Para isso, este artigo apresenta uma seção de revisão teórica pautada nos estudos retóricos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) e Amossy (2017a;2017b), além de conceituar o argumento *ad hominem*, com base em Fiorin (2015). Em seguida, são apresentadas as seções de metodologia e de análise dos dados, esta dividida em dois momentos. O artigo é concluído com as considerações finais, que retomam o que vimos discutindo ao longo do texto sob a perspectiva da polêmica.

Da busca da adesão dos espíritos ao dissenso na polêmica: os novos caminhos da Retórica

Na Antiguidade Clássica, a Retórica possuía um grande prestígio social devido ao espírito democrático grego, destacando-se os estudos retóricos aristotélicos. Mas, a partir do século XIX, ela foi deslegitimada (PLANTIN, 2008, p. 20), graças especialmente ao predomínio do pensamento positivista, que via a Retórica como uma disciplina não científica. Seu retorno acontece a partir da publicação, em 1958⁵, do Tratado da Argumentação, escrito por Perelman, em parceria com Olbrechts-Tyteca, obra que se tornou um marco para a chamada Nova Retórica.

No Tratado, são recuperadas questões oriundas da retórica aristotélica, principalmente a importância do papel do auditório, uma vez que é a partir dele que a argumentação se desenvolve: “[...] como a argumentação visa obter a adesão daqueles a quem se dirige, ela é, portanto, relativa ao auditório que se procura influenciar.” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p. 21), afirmam os autores. Dessa forma, na Nova Retórica, o objetivo do orador diante de seu auditório seria a busca pela “adesão dos espíritos” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p. 50), ligada à proposição de que os argumentos apresentados deveriam ser verossímeis, a fim de que o auditório entrasse em um consenso a respeito de um determinado assunto.

Desde Aristóteles até Perelman & Olbrechts-Tyteca, o consenso, o acordo foi ponto central e, nesse sentido, como comenta Amossy (2017a, p. 29), “[...] toda luta verbal que trata de um conflito sem chegar a um acordo é tida como desqualificada por considerá-la um tropeço no fracasso”. O dissenso é tratado como apenas um ponto de partida que deve ser ultrapassado pelo compartilhamento da fala e da razão, o *logos*, ressalta a linguista.

⁵ Para a escrita do referencial teórico, utilizamos a edição do livro de Perelman & Olbrechts-Tyteca de 2014.

Considerando, no entanto, os debates públicos da atualidade, Amossy (2017a) questiona se realmente a abordagem racional conduz à persuasão e ao consenso. E mais, ela lança a questão sobre se uma sociedade pluralista pode (ou deve) centrar-se no consenso. Para a linguista, o dissenso está para a polêmica, presente nos confrontos verbais de hoje em dia, nos debates, discussões, nas disputas.

Amossy (2017b) classifica-a como a retórica do dissenso, que busca, como o próprio nome já anuncia, a divergência nas opiniões.

A polêmica se instaura principalmente na mídia e em torno dos mais diferentes assuntos: a política de imigração adotada por Trump nos Estados Unidos, o casamento de pessoas do mesmo sexo, o aborto, o uso da burca, etc. Por ser tão recorrente, a polêmica precisa ser estudada, para que se possa compreender suas funções não só no discurso, mas também nos domínios social e político, defende Amossy (2017a). Dessa forma, a autora discorda de outros estudiosos que alegam que a polêmica busca apenas reprimir ou coagir, já que não chega a uma solução, pois não tem como objetivo a busca pela concordância entre as partes envolvidas.

Na tentativa de melhor definir a polêmica – sua natureza, sua singularidade, seu modo de funcionamento e suas atribuições no espaço público contemporâneo – Amossy (2017a; 2017b) procura aproximar a análise do discurso e a argumentação retórica. Devido a essa aproximação, a autora é tida como a sucessora de Perelman, pois, à semelhança dele, propõe a retomada dos estudos retóricos. (PAULINELLI, 2014). Na verdade, o alinhamento dessas duas perspectivas é o que pode privilegiar o estudo da polêmica tanto na sua forma discursiva (seu funcionamento verbal) quanto na sua função social, uma vez que a análise do discurso e a argumentação retórica estão voltadas para “[...] o uso que os sujeitos falantes fazem da língua em contexto.” (AMOSSY, 2017b, p. 229), assumindo, em ambos, a ideia de que dizer é fazer.

Ao dar prosseguimento aos estudos de Perelman & Olbrechts-Tyteca (2014), Amossy (2017a; 2017b) busca redefinir a retórica, aproximando-a da Ciência da Linguagem. Uma das formas de fazer tal aproximação é a nomeação da polêmica como uma retórica do dissenso. Dessa forma, a autora tenta mostrar os avanços obtidos desde a retórica de Aristóteles, que delegava ao orador o papel de convencer o seu auditório a compartilhar a sua tese, buscando, assim, o consenso. Nesse contexto, os modos de persuasão eram determinantes: o *ethos* (convencimento abre a moral/integridade do orador), o *pathos* (apelos às emoções) e o *logos*, relativamente superior aos demais, que consiste no discurso em si, devendo este ser verossímil aos olhos do auditório.

Muito influenciados pelos estudos aristotélicos, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), tentando romper com a lógica, voltaram-se para a ideia central de que toda a argumentação visava à adesão do espírito a uma tese que lhe era apresentada. É nesse ponto que Amossy (2017a; 2017b) mostra um novo caminho para a retórica: embora haja ainda uma constante busca pelo consenso e, conseqüentemente, pelo acordo entre as partes divergentes, o discurso polêmico e sua característica mais marcante, a busca pelo dissenso, vêm para somar aos estudos da argumentação.

Apoiada em outros autores, como Catherine Kerbrat-Orecchioni (1980), Amossy (2017b) delimita algumas características e procedimentos discursivos e retóricos do discurso polêmico. A primeira característica é o dialogismo. De base bakhtiniana, o dialogismo pressupõe a relação de interação que se estabelece entre dois ou mais interagentes. Dessa forma, a polêmica se instaura como um discurso fortemente dialógico, que tem como objetivo responder (e se opor) à palavra do outro, seja ele conhecido ou não. A segunda característica é a desqualificação do discurso do outro. Ataca-se a palavra do outro ou, ainda, a sua pessoa, por meio de argumentos *ad hominem*. No bojo dessa estratégia de desqualificação do discurso alheio, a polêmica apresenta um conjunto de procedimentos discursivos e retóricos, a saber: “[...] a negação, os jogos sistemáticos de oposição, a marcação axiológica (avaliação em termos de Bem/Mal), a reformulação, o manejo direcionado do discurso relatado, a ironia, a hipérbole etc.” (AMOSSY, 2017b, p. 231).

A definição do discurso polêmico também passa pelo movimento de dicotomização, isto é, a polêmica surge a partir da constituição de dois polos antagônicos, formados por sujeitos ou grupos que têm opiniões distintas sobre um determinado assunto. Saliente-se que, para Amossy (2017a), é preciso que a polêmica aborde assunto de interesse público. Tratando-se de assunto privado, tem-se uma discussão.

Amossy (2017b) ressalta que, em alguns casos, a polarização pode ser extrema, ao ponto de fazer com que os sujeitos envolvidos recorram à violência verbal, para atacar o argumento ou à pessoa do seu adversário. Nestes casos, a forma menos brutal de agressividade, leva, entre outros, ao emprego de argumentos como o *reductio ad absurdum*, em que o ponto de vista do adversário é desconsiderado ou ridicularizado; e do argumento *ad hominem*, em que se ataca a pessoa do adversário no lugar de atacar sua tese.

O argumento *ad hominem*

Existem várias formas de lidar com o discurso alheio: é possível nos afiliarmos a ele, acrescentando novos argumentos a favor de determinado posicionamento; nos opormos, apresentando argumentos que vão de encontro aos apresentados pelo oponente; podemos, ainda, atacar não só os argumentos, mas também a própria pessoa que os proferiu. Segundo Amossy (2017b), o ataque à pessoa faz parte da estratégia de desqualificação do outro, como forma de contra-argumentação.

No livro *Argumentação*, seguindo a Nova Retórica, Fiorin (2015), descreve vários tipos de argumentos, dentre eles, o argumento *ad hominem*. Para isso, o autor, considerando Perelman & Olbrechts-Tyteca (2014), enquadra-o em uma categoria maior de argumentos: os argumentos de coexistência, em que se situam os argumentos que estabelecem uma ligação entre uma pessoa e um ato. Além do argumento *ad hominem*, pertencem a essa categoria os argumentos *tu quoque*⁶, de autoridade ou *ad verecundiam*⁷, *ad ignorantiam*⁸ e *a fortiori*⁹.

Como o próprio nome latino já sinaliza, o argumento *ad hominem* significa argumento dirigido à pessoa. Procura-se, na verdade, colocar em dúvida a imagem e a credibilidade do interlocutor, no intuito de deslegitimá-lo perante os demais interlocutores. Fiorin (2015) salienta que o argumento *ad hominem* comporta três variantes:

- i) o ataque pessoal direto: voltado à ética do interlocutor, tenta-se colocar em dúvida a sua credibilidade, moral ou competência, por exemplo. Esse ataque tem como objetivo denegrir a imagem do oponente;
- ii) o ataque pessoal indireto: põe sob suspeita a credibilidade do oponente. Para isso, agrega a seu argumento características do seu oponente, como a sua religião, suas opiniões políticas, seu gênero, etc., como forma de mostrar aos demais que pode haver motivações pessoais e ocultas por de trás dos argumentos apresentados pelo oponente;

⁶ O argumento *ad quoque* (“você também”) consiste, conforme Fiorin (2015), em rebater uma crítica com um ataque ao oponente, ressaltando inconsistências entre duas afirmações realizadas em épocas diversas ou entre suas ideias e suas ações no passado ou no presente.

⁷ O argumento *ad verecundiam*, de acordo com Fiorin (2015), é o também chamado “argumento de autoridade”.

⁸ O argumento *ad ignorantiam* é aquele que apela para a ignorância, segundo Fiorin (2015).

⁹ O argumento *a fortiori* significa, para Fiorin (2015), uma razão mais forte.

- iii) a apresentação de contradições entre posições do oponente ou entre suas palavras e suas ações: presente principalmente no debate político, cumpre a função de resgatar antigas posições do debatedor, colocando-as lado a lado com as suas atuais opiniões.

Fiorin (2015) acrescenta que uma das motivações para o uso do argumento *ad hominem* é a de fugir de um debate propriamente dito, pois, assim, o argumentador poderia se eximir da tarefa de contra-argumentar.

Metodologia

As greves do magistério estadual do Rio Grande do Sul sempre estiveram envolvidas em polêmicas, especialmente nos anos de 2015, 2016 e 2017, isto é, em praticamente todo o mandato do governador José Ivo Sartori.

Nesse contexto de conflito, a mídia gaúcha procurou permanentemente dar ênfase e cobertura às assembleias do CPERS-SINDICATO¹⁰ e, ainda, apresentar aos seus telespectadores e leitores supostos danos causados pelas greves à educação, principalmente, aos alunos. O Portal de notícias do Grupo RBS, o G1 RS, foi um dos veículos de comunicação que mais noticiou as greves e seus desdobramentos, por isso, esse portal foi escolhido como *locus* para a seleção do *corpus* que compõem este artigo.

Durante a seleção do *corpus*, percebemos que os comentários sobre a greve de 2017 eram os mais representativos, pois apresentavam um maior número de comentário *ad hominem*, em relação aos anos de 2015 e 2016. A partir disso, contando apenas com as notícias de 2017, procedemos, após uma nova rodada de leitura, à seleção de quatro notícias, que exibiam, ao total, 44 comentários, sendo 15 destes com a presença de argumentos *ad hominem*, conforme podemos visualizar no Quadro 1.

¹⁰ CEPERS-Sindicato: logomarca do Sindicato do Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul.

Quadro 1 – Resumo do *corpus* da pesquisa

Título da notícia	Data da publicação	Total de comentários	Argumentos <i>ad hominem</i>
Em meio a polêmicas, greve dos professores estaduais do RS completa um mês (Notícia 1)	05/10/2017	15	2
Governo do RS encaminha proposta para tentar encerrar greve dos professores estaduais (Notícia 2)	07/11/2017	5	1
Em assembleia, professores estaduais do RS decidem continuar com greve que dura mais de 2 meses (Notícia 3)	10/11/2017	11	5
No 80º dia, professores da rede pública do RS decidem manter greve (Notícia 4)	24/11/ 2017	13	7
Total		44	15

Fonte: elaborada pelas autoras.

Para a análise do *corpus*, recorreremos a marcas indicadas por Amossy (2017b, p. 231):

[...] um conjunto de procedimentos discursivos e retóricos: a negação, os jogos sistemáticos de oposição, a marcação axiológica (avaliação em termos de Bem/Mal), a reformulação, o manejo direcionado do discurso relatado, a ironia, a hipérbole etc.

Tais procedimentos nos nortearam para a análise dos comentários escritos por leitores do Portal G1 RS. Durante a análise, procuramos por marcas linguístico-discursivas que pudessem evidenciar que os comentários selecionados faziam parte do discurso polêmico, como a presença da dicotomização/polarização, da violência verbal e, principalmente, da desqualificação do adversário, nesse caso, por meio de argumentos *ad hominem*.

Por fim, por questões de espaço, ressaltamos que, dos quinze comentários selecionados para este artigo, analisaremos três escolhidos de forma aleatória.

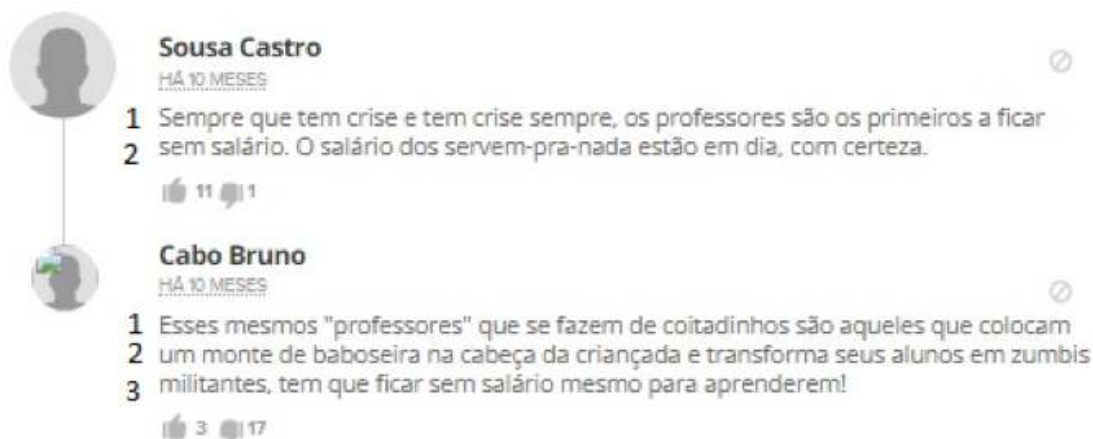
Análise dos dados

Para o desenvolvimento da análise, esta seção foi dividida em duas partes: *Parte I – Análise dos comentários*, na qual serão analisados os três comentários a partir dos itens presentes na definição do discurso polêmico; *Parte II – Categorização dos comentários*, os quinze comentários acima referidos serão agrupados em categorias, como

forma de apresentar as representações que os leitores do Portal G1 RS têm dos professores estaduais em greve. Esclarecemos que os leitores-comentaristas do Portal G1 serão apresentados conforme os codinomes que eles mesmos inserem antes da postagem de seus comentários.

Parte I – Análise dos comentários

O comentário do Cabo Bruno (Notícia 1)



O primeiro comentário a que nos dedicamos é uma resposta de Cabo Bruno, codinome usado pelo leitor para se identificar, a outro comentarista, Souza Castro, que se coloca ao lado dos professores grevistas. Ambos se posicionam frente ao conteúdo da notícia intitulada “Em meio a polêmicas, greve dos professores estaduais do RS completa um mês”, que, em resumo, buscou fazer um apanhado geral do que ocorreu no primeiro mês de greve dos professores estaduais. A notícia esclarece que, naquele momento, ainda não havia indícios do fim da greve; além disso, no subtítulo e intertítulo que integram a notícia, ocorre a retomada de assuntos oriundos daquele primeiro mês de greve: a tentativa do governo de cortar o ponto dos grevistas e a substituição por temporários, além da ida de alguns professores à delegacia para registrar boletins de ocorrência contra o governo.

Cabo Bruno elabora seu comentário em resposta ao comentário¹¹ de outro leitor, Souza Castro, que ataca os burocratas do governo nomeando-os “servem-para-nada”, dizendo que esses, com certeza, teriam seus salários em dia. Ambos os leitores utilizam em seus comentários argumentos *ad hominem*, na verdade.

¹¹ Os comentários citados podem ser lidos na íntegra por meio deste link: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/em-meio-a-polemicas-greve-dos-professores-estaduais-do-rs-completa-um-mes.ghtml>. A referência completa encontra-se no final deste artigo.

No comentário de Cabo Bruno, vemos, logo de início, que se trata de um discurso polêmico marcado pela polarização: ele apresenta sua oposição à greve dos professores estaduais.

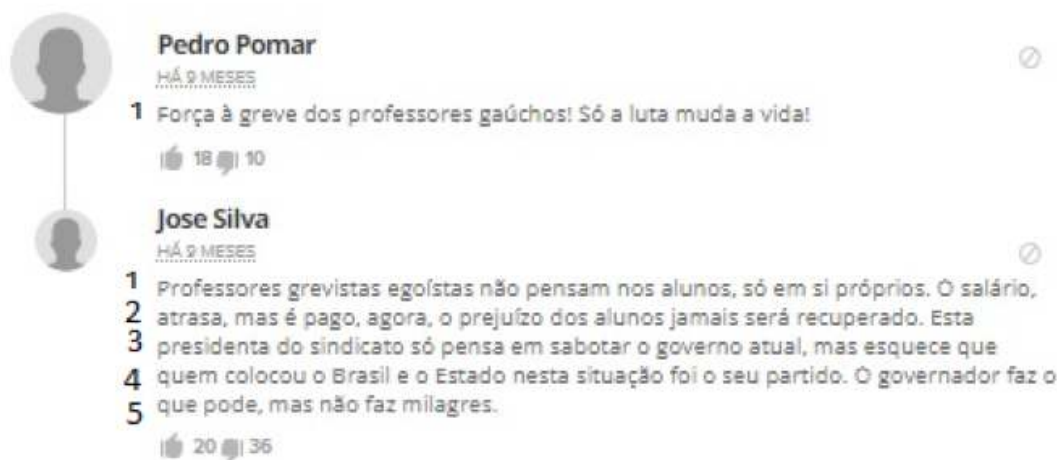
Para defender seu ponto de vista, o leitor-comentarista desqualifica a pessoa de seu adversário. Vemos, na linha 1, o emprego das aspas em “professores”, marcando seu distanciamento quanto ao sentido corrente positivo de professor. Ou seja, as aspas assinalam uma depreciação, pondo em questão a integridade dos grevistas como pertencentes à categoria profissional.

Como forma de reforçar seu descrédito nos professores grevistas, Cabo Bruno nega o ponto de vista de que eles sejam vítimas do governo por não receberem seus salários, acusando os docentes na linha 1 do comentário: “se fazem de coitadinhos”. Os demonstrativos “esses” e “aqueles”, que acompanham as expressões designativas “esses mesmos professores que se fazem de coitadinhos” e “aqueles que colocam uma porção de baboseira na cabeça da criançada e transforma (sic) seus alunos em zumbis militantes”, assinalam uma reclassificação dos professores grevistas por parte do comentarista, atribuindo a eles uma qualificação negativa: esses... são aqueles....

Essa distinção, que marca a polarização, sustenta a opinião de que os grevistas devem ficar sem salário. Salienta-se o emprego do indicador modal “tem que”, marcando o “dever ser” da punição. O meio de penalizar os grevistas é os deixando sem salário. Afinal, eles não são de fato professores, segundo o ponto de vista do locutor. Dessa forma, ele justifica a ruptura do consenso de que todos que trabalham têm direito de receber os seus honorários. O raciocínio sustentado é o de que se os grevistas não são professores, mas falsos professores (“professores”), eles não merecem ser pagos.

Cria-se, assim, esta polarização: professores e “professores”. Observa-se, aqui, o emprego da argumentação *ad hominem*: ele questiona a própria inserção dos grevistas na categoria profissional, atribuindo a eles ações que os desvalorizam e os situam como ativistas de esquerda que querem transformar seus alunos em “zumbis militantes”. Ao empregar essa expressão extremamente agressiva, percebemos que o comentarista defende a tese de que os professores são militantes de partidos de esquerda e que, por isso, disseminam ideais esquerdistas em suas aulas. Tal atitude justificaria o não pagamento dos salários.

O comentário de Jose Silva (Notícia 2)



No segundo comentário, Jose Silva, nome usado pelo leitor para se identificar, responde o comentário de Pedro Pomar, que é favorável à greve dos professores. A notícia publicada se intitula “Governo do RS encaminha proposta para tentar encerrar greve dos professores estaduais”. Na proposta, o governo se comprometia a pagar os professores em dia a partir da folha do mês de dezembro (de 2017), além de não dispensar os contratados temporários que também haviam aderido à greve.

José Silva, para defender o governo do Estado, se vale do discurso polêmico. Ao comentar a notícia e responder ao leitor Pedro Pomar, ele constrói sua opinião contrária à greve, utilizando argumentos *ad hominem* que depreciam os professores e sua representante sindical. Ele se dirige à pessoa (ao coletivo) dos grevistas e à presidenta do sindicato, os quais coloca sob suspeita de parcialidade. Os primeiros são taxados de egoístas; a presidenta, de sabotadora do governo.

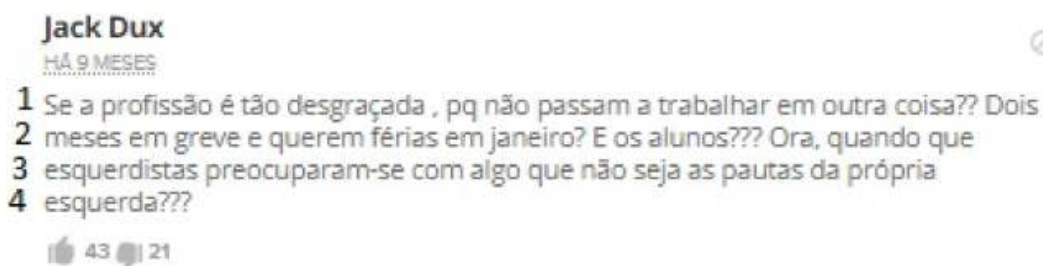
Observa-se igualmente um jogo de oposições. Na balança, ele coloca, de um lado, os prejuízos dos professores (salários em atraso); e de outro, o prejuízo dos alunos (algo que nunca será recuperado, isto é, a aprendizagem dos conteúdos que deixaram de ser ensinados), conforme pode ser visto na linha 2.

O locutor lança mão de uma marcação axiológica na medida em que dispõe os professores, taxados de egoístas, como representantes do mal, enquanto o governo representa o bem, aquele que “faz tudo o que pode”, estando, assim, legitimado para atrasar os salários.

Observa-se igualmente que José Silva classifica os professores como pessoas que não defendem seus ideais de classe, mas ideais

políticos, pois querem, segundo ele, sabotar o governo atual. Com isso, o locutor descarta a real motivação para a greve: o atraso nos salários. Quando a presidenta do sindicato dos professores é citada, podemos notar que Silva, ao dizer que ela é aliada ao antigo governo, o do petista Tarso Genro, sustenta a argumentação de que esta é a real motivação para a permanência da greve, pois as propostas do governo Sartori estariam sendo desconsideradas. Estamos diante novamente do argumento *ad hominem*, aquele do ataque pessoal indireto, no qual o locutor deixa subentender que a presidenta do sindicato, sob a alegada acusação de filiação política ao partido adversário, é incapaz ou insincera para sustentar posições corretas.

O comentário de Jack Dux (Notícia 3)



O terceiro comentário analisado é o de Jack Dux, codinome usado pelo leitor para se identificar. Sua fala está ligada diretamente à notícia, intitulada “Em assembleia, professores estaduais do RS decidem continuar com greve que dura mais de dois meses”.

O comentário de Jack Dux está voltado especialmente à duração da greve e ao alerta dos grevistas de que as férias de janeiro, período em que normalmente as escolas gaúchas fazem férias coletivas, estariam comprometidas. Saliente-se que, na sociedade gaúcha, esse período de descanso é bastante valorizado, pois é verão e as famílias costumam ir à praia e aproveitar a estação de calor.

O locutor inicia com um pressuposto de uma fala que não é a sua, a de que a profissão é “desgraçada”: “Se a profissão é tão desgraçada, pq não passam a trabalhar em outra coisa??”. É senso comum atualmente que o exercício do magistério é sofrido, porém chama a atenção o emprego do qualificativo “desgraçada”, marcando um sentido pejorativo: algo que provoca desprezo e pena, infeliz. O raciocínio do comentarista é de trazer essa voz que expressa uma queixa comum dos professores para questioná-los sobre o porquê de continuarem na

profissão. Fica subentendida a ideia de que esta é uma realidade posta e já sabida e que, assim sendo, se os professores assumem o magistério como profissão, devem se sujeitar a essa situação ou, então, abandoná-la. Esta fala caracteriza o discurso polêmico, no qual a fala do outro é recolocada para servir aos propósitos do polemista. Salienta-se o tom agressivo, marcado pelos vários pontos de interrogação ao longo do comentário.

Diante do alerta dos professores de que as férias de janeiro estariam comprometidas (para professores e alunos), ele questiona os mestres quanto a reivindicarem férias: “Dois meses em greve e querem férias em janeiro?”. Destacam-se, nesta fala, dois aspectos: (1) o emprego do modalizador “querem”, indicando uma exigência por parte do professorado: o magistério estaria exigindo suas férias em janeiro, como se fosse uma intimidação; (2) o locutor deixa subentender que são os professores os únicos culpados pela greve prolongada. Na sequência, ele pergunta “E os alunos???”. O raciocínio que o locutor desenvolve é o de que os professores só pensariam em si e não nas consequências da paralização junto aos alunos. Pior, ele os acusa de serem todos esquerdistas: “Ora, quando que esquerdistas preocupam-se com algo que não seja (sic) as pautas da própria esquerda??”.

Constata-se o emprego do argumento *ad hominem*, no qual, assim como no comentário anterior, o locutor, num ataque pessoal indireto, acusa o adversário genericamente de filiação política, o que, para ele, torna os professores grevistas uma categoria não íntegra.

Semelhantemente ao que faz o comentarista João Silva, esse leitor nega a ideia de que a greve fosse pelo não pagamento dos salários. Em sua opinião, o real motivo seria a afiliação dos professores aos princípios da esquerda, o que os tornam verdadeiros vilões.

Parte II – Categorização dos comentários

As três falas analisadas fazem parte de 15 comentários de notícias sobre a greve do magistério gaúcho em 2017, nos quais se encontraram argumentos *ad hominem*, como já se esclareceu. Nesta atual etapa, categorizamos os quinze comentários entre aqueles em que os professores são acusados de estarem ligados a movimentos políticos e os que os incriminam por terem supostamente comportamentos inadequados. Dessa forma, esclarecemos as representações que os leitores do Portal G1 RS têm dos professores estaduais em greve.

Após a leitura atenta dos comentários, concluiu-se que os leitores do Portal G1 RS, quando expõem sua opinião contrária à greve dos professores, utilizam *argumentos ad hominem* para atacar a pessoa dos professores, com base nas seguintes representações: (1) os professores pertencem a movimentos políticos, principalmente aos de esquerda; (2) os professores têm comportamentos inadequados, como não pensar nos alunos, não buscar uma qualificação profissional e recorrer à greve sempre.

No Quadro 2, é possível visualizar os quinze comentários divididos entre as duas grandes representações dos leitores.

Quadro 2 – Resumo das representações

Professores são ligados a movimentos políticos	Professores têm comportamentos inadequados
Cabo Bruno HÁ 9 MESES Esses mesmos "professores" que se fazem de coitadinhos são aqueles que colocam um monte de baboseira na cabeça da criançada e transforma seus alunos em zumbis militantes, tem que ficar sem salário mesmo para aprenderem! 3 17	Ronaldo Pereira HÁ 9 MESES Tomara que desconte os dias parados agora, Bando de zumbis que segue este sindicato. 10 9
Eduardo HÁ 10 MESES Esses vivem em greve ! É só movimento político! 11 13	Jose Silva HÁ 8 MESES Professores grevistas egoístas não pensam nos alunos, só em si próprios. O salário, atrasa, mas é pago, agora, o prejuízo dos alunos jamais será recuperado. Esta presidenta do sindicato só pensa em sabotar o governo atual, mas esquece que quem colocou o Brasil e o Estado nesta situação foi o seu partido. O governador faz o que pode, mas não faz milagres. 20 36
Ronaldo Pereira HÁ 9 MESES Fácil, agora que o governo do RS deve descontar os dias parados destes esquerdistas. Mas tenho certeza que eles continuaram a greve porque o Sindicato dos professores estaduais do RS a partir de sábado vai perder a boquinha do imposto sindical obrigatório, estão revoltados e usando os professores. 6 6	Fernando Zim HÁ 6 MESES Qual a novidade? Alguns ali nunca trabalharam na vida... Pobres estudantes, reféns dessa corja 12 9
Jack Dux HÁ 9 MESES lacaiois, mercenários, golpistas, golpistas, golpistas e golpistas.... dois meses sem trabalhar deixando milhares de crianças sem aula e vem falar de golpistas? Lutar por direitos?? E os deveres??? E o direito dos alunos???Típico esquerdo-pata . Escola sem partido já!! Não esqueça, o teu voto foi em toda a quadrilha, não só no la drão mor.... 30 23	Carlos Graziottin HÁ 8 MESES Acha pouco "miserios 2000 ao mês", se qualifique e ganharás mais.Não estás contente??? Passe para a iniciativa privada e verás que estava no paraíso e não tinha dado conta. 10 5

Jack Dux HÁ 9 MESES Se a profissão é tão desgraçada, pq não passam a trabalhar em outra coisa?? Dois meses em greve e querem férias em janeiro?? Ora, quando que esquerdistas preocuparam-se com algo que não seja as pautas da própria esquerda?? 43 21	Brasileiro HÁ 8 MESES Nao gosta do salario ? Peca demissão e vá fazer outra coisa a não ser que NÃO TENHA COMPETÊNCIA, mas para de encher o saco todo ano. 15 6
Robson Cadaval HÁ 9 MESES os professores não estão interessados na situação dos alunos.. mesmo com salários parcelados.. chega no fim do mês eles tão com 100% do salário na conta.. não tá bom .. procurem outra profissão como disse o jack dux..acima 37 24	Luiz Xavier HÁ 9 MESES Estou cansado disso! Desde a década de 80 é a mesma coisa todos os anos. Qual a proposta dos queridos professores para uma solução definitiva, pelo menos para os próximos dez anos ? 21 8
Marcos HÁ 8 MESES A GRANDE MAIORIA DOS GREVISTA SÃO DO PT, ISSO É POLITICAGEM, ESPERO QUE AS AULAS SEJAM RECUPERADAS INTEGRALMENTE, PORQUE O QUE MAIS TEM É PROFESSOR SEM VONTADE, SE NÃO ESTÁ BOM CAI FORA. AQUI NA MINHA CIDADE SE FALOU DE FERIADO OS PROFESSORES JÁ ESTÁ DE FOLGA 25 11	
Amelio Sobrinho HÁ 9 MESES Assembleia conduzida por sindicalistas, militantes políticos, que não admitem o contraditório, destes 838 votos metade não tem nada a ver com professores, basta ver o desejo dos núcleos regionais. 10 3	
Francisco Witkowski HÁ 8 MESES Mesmo com o salário parcelado e recebendo, é melhor que trabalhar né mesmo???. Tudo PT. 20 10	
Total de 9 comentários	Total de 6 comentários

Fonte: elaborado pelas autoras.

O ataque à pessoa dos professores aparece mais presente quando os leitores do Portal G1 RS atribuem aos docentes o papel de militantes, principalmente de esquerda. Essa generalização tão presente no discurso da população ultimamente pode ter influenciado a construção dessa representação do professor presente nas opiniões dos comentaristas, os quais, saliente-se são, em sua maioria, homens.

O grande problema que se instaura ao representar o professor dessa forma é o seu enfraquecimento enquanto profissão, já que os leitores têm a ideia preconcebida de que a greve está ligada a motivações

político-partidárias e não às lutas da classe por salários mais dignos, pagos em dia, ou a melhores condições de trabalho.

A problemática é percebida também quando os comentários demonstram que a outra parte dos leitores entende que os professores têm comportamentos inadequados. De acordo com os comentários analisados, os docentes são nomeados como egoístas, que merecem receber pouco, em função da sua baixa qualificação ou porque simplesmente não trabalham, ou, ainda, mais agressivamente, porque pertencem a uma “corja”. A desqualificação da figura do professor nos comentários analisados nos revela o descrédito que esses leitores-comentaristas têm na profissão docente e, conseqüentemente, nos efeitos positivos de uma greve.

Nas análises, percebemos que os argumentos *ad hominem* utilizados estão mais voltados ao ataque pessoal indireto, ou seja, orientados a supostas características dos professores, mesmo que infundadas, como as suas posições políticas, na tentativa de mostrar aos demais leitores que poderia haver motivações pessoais ocultas por trás dos argumentos apresentados pelos docentes para a greve de 2017. Os argumentos *ad hominem*, assim, relacionam esses atributos à essência dos professores: eles são assim, e por isso, se tornam indignos de confiança e merecem não ser pagos.

Embora nosso *corpus* seja relativamente pequeno, as análises deixaram transparecer que a greve de 2017 pode não ter tido o apoio da sociedade gaúcha justamente porque se construiu e disseminou a ideia de que os motivos alegados pelos professores poderiam não ser verdadeiros, seja porque supostamente eles estariam tentando desestabilizar o governo de Sartori, seja em função de que os professores não mereceriam melhores salários devido a sua incompetência. Em resumo, nos dois casos, os leitores não se alinharam à greve como um ato de manifestação autêntica dos professores estaduais e se valem da argumentação *ad hominem* para desqualificar as reivindicações dos docentes.

Considerações finais

Durante as análises, ficou evidente que os comentários dos leitores do Portal G1 RS não discutiram o mérito das reivindicações dos professores, orientando-se para o ataque da pessoa do professor, suas supostas ideologias políticas, suas presumidas opiniões, o que caracteriza o emprego de argumentos *ad hominem* do discurso polêmico.

Na perspectiva da polêmica, os comentários mostram discursos fortemente dialógicos: eles respondem à palavra do outro, à do magistério, na forma de um anti-discurso (AMOSSY, 2017b). Há a polarização entre dois campos inimigos, os professores e os comentaristas, sobre um tema de interesse público: a greve do magistério estadual gaúcho. Os primeiros reivindicam permanecer em greve até o pagamento integral dos salários, mas os leitores-comentaristas do Portal G1 RS levantam uma série de acusações para deslegitimar a reivindicação dos mestres ou a sua pessoa. Para isso, se valem de vários recursos: além do argumento *ad hominem*, a manipulação das oposições, e o emprego de vocabulário fortemente axiológico e de afirmações enfáticas.

Trata-se, para Amossy (2017a), do dissenso, que se caracteriza pela expressão forte de desacordo, que toma corpo num espaço democrático que a autoriza e a regula ao mesmo tempo.

Apesar deste estudo ser apenas introdutório, acreditamos que ele possa contribuir para mostrar as representações que os leitores do Portal G1 RS têm dos professores estaduais gaúchos. Talvez, o magistério enquanto classe, ao se deparar com essas representações negativas, possa construir um contradiscurso para reverter o descrédito de que é vítima, ainda que a conjuntura política atual os desfavoreça.

Referências

AMOSSY, R. **Apologia da polêmica**. São Paulo: Contexto, 2017a.

_____. Por uma análise discursiva e argumentativa da polêmica. EID&A – **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**. Ilhéus, n. 13, jan/jun. p. 227-244, 2017b.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 18 jul. 2018.

_____. **Lei Nº 7.783, de 28 de junho de 1989**. Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7783.htm>. Acesso em: 18 jul. 2018.

FIORIN, J. A. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015.

G1 RS. **Em meio a polêmicas, greve dos professores estaduais do RS completa um mês**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/em-meio-a-polemicas-greve-dos-professores-estaduais-do-rs-completa-um-mes.ghtml>>. Acesso em: 4 jul. 2018.

_____. **Governo do RS encaminha proposta para tentar encerrar a greve dos professores estaduais.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/governo-do-rs-encaminha-proposta-para-tentar-encerrar-greve-dos-professores-estaduais.ghtml>>. Acesso em: 4 jul. 2018.

_____. **Em assembleia, professores estaduais do RS decidem continuar com greve que dura mais de 2 meses.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/em-assembleia-professores-estaduais-do-rs-decidem-continuar-com-greve-que-dura-mais-de-2-meses.ghtml>>. Acesso em: 4 jul. 2018.

_____. **No 80º dia, professores da rede pública do RS decidem manter greve.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/no-80-dia-professores-da-rede-publica-do-rs-decidem-manter-greve.ghtml>>. Acesso em: 4 jul. 2018.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine, La polémique et ses définitions. In: GELAS, N.; KERBRAT-ORECCHIONI, C. (Éds). **Le discours polemique.** Lyon, PUL, 3-40, 1980.

PAULINELLI, Maysa de Pádua Teixeira. Retórica, argumentação e discurso em retrospectiva. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, Tubarão, SC, v. 14, n. 2, p. 391-409, maio/ago., 2014.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA. **Tratado da argumentação:** a Nova Retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

PLANTIN, C. **A argumentação:** história, teorias, perspectivas. São Paulo: Parábola, 2008.